



Albérico Mascarenhas*

Decolagem da economia - Brasil

O otimismo manifestado pelo governo, analistas e agentes econômicos em geral quanto a um bom desempenho da economia brasileira em 2004 tem razão de ser. O País está encerrando o ano com números positivos recordes, embora conseguidos à custa de um duro ajuste, com as consequências já conhecidas de queda da atividade econômica e aumento do desemprego.

O resultado do esforço pode ser medido pela balança comercial, que exhibe o seu melhor resultado em toda a história, o mesmo acontecendo com a valorização dos títulos da dívida.

Por seu lado, o risco Brasil tem caído aos níveis mais baixos dos últimos anos. Além disso, o superávit primário superou o que foi combinado com o FMI.

No plano externo, o cenário se mostra bem melhor do que no início do ano, com a economia norte-americana voltando a crescer e nenhum prenúncio de crise a curto prazo.

Diante desse panorama, parecem plenamente justificadas as atuais apostas em um novo ciclo de crescimento para o Brasil.

A questão crucial no momento é avaliar a duração desse ciclo ou quanto o Brasil está preparado para sustentá-lo por um período mais longo.

As vitórias conseguidas neste ano difícil são importantes, mas ainda insuficientes para conferir a fibra necessária a um crescimento longo e sustentado.

Embora cadentes, os juros reais do Brasil ainda são os mais altos do mundo. Idem para a carga tributária, que está na faixa de 36% e, com as mudanças previstas na MP 135, da Cofins, além das incluídas na reforma tributária, pode vir a ultrapassar os 40% no ano que vem.

Esses dois fatores, somados a uma poupança interna de apenas 18% do PIB, quando o ideal seria que estivesse em torno dos 25%, decididamente não ensejam um ambiente propício a fortes investimentos. Se não existirem investimentos significativos, ficará difícil haver um crescimento também significativo na taxa de empregos e no valor dos salários, duas condições essenciais para impulsionar significativamente o consumo.

Esses não são os únicos gargalos que podem atrapalhar um crescimento sustentado. Nossa combatida infraestrutura, em especial a do setor elétrico e a de transportes, altamente necessitada de investimentos em manutenção e ampliação, apresenta-se como um complicador que poderá inibir a decolagem imediata da economia. Tudo isso representa entraves que só poderão ser totalmente eliminados a médio ou a longo prazo.

A situação mostra-se ainda mais difícil nas regiões menos desenvolvidas, onde o poder público precisa atuar fortemente como indutor de investimentos, sob pena de relegar-se essas áreas do País a uma posição de desvantagem em relação a um novo surto de crescimento, qualquer que seja seu tempo de duração, e de aprofundar-se as desigualdades regionais.

No que se refere ao governo federal, tem acontecido justamente o contrário. Para ficar em poucos exemplos, tome-se o volume de benefícios tributários (renúncia fiscal) concedidos a empreendimentos patrocinados pela União.

Nos últimos oito anos, os sete estados do Sul e Sudeste, que representam apenas 18% do território nacional, absorveram, em média, 60% dos incentivos diretos. Em 2004, a concentração será ainda maior. De um total de renúncia fiscal previsto em R\$ 24,2 bilhões, 64,49% irão para as duas regiões mais desenvolvidas. Os 35,51% restantes terão de ser repartidos entre os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estão ainda mais concentrados: embora seja reconhecidamente uma instituição de fomento à atividade econômica em todo o País, entre 1999 e 2002 o BNDES destinou nada menos que 80% de seus financiamentos às regiões Sul e Sudeste.

Também os investimentos das empresas estatais do governo federal têm ido maciçamente para as duas regiões mais ricas — os orçamentos de 2002/03 mostram que, dos cerca de R\$ 11,5 bilhões investidos no Brasil nesse período, nada menos do que 65,3% ficaram nos estados do Sudeste e do Sul.

No momento em que a economia brasileira ensaia um período de expansão, investir direta ou indiretamente nas áreas menos desenvolvidas será uma boa estratégia de governo para aumentar a renda das populações mais pobres — que em muitas áreas do Nordeste permanecem no patamar da miséria —, ampliar o mercado interno e reduzir o desequilíbrio econômico entre as regiões, contribuindo, desse modo, para a sustentabilidade do crescimento.

A hora é de dar um tratamento diferenciado às áreas mais carentes, implementando políticas de desenvolvimento regional bastante explícitas. É isso o que fazem os países que vêm crescendo harmonicamente e até blocos econômicos como a União Européia.

* Secretário da Fazenda do Estado da Bahia e coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).